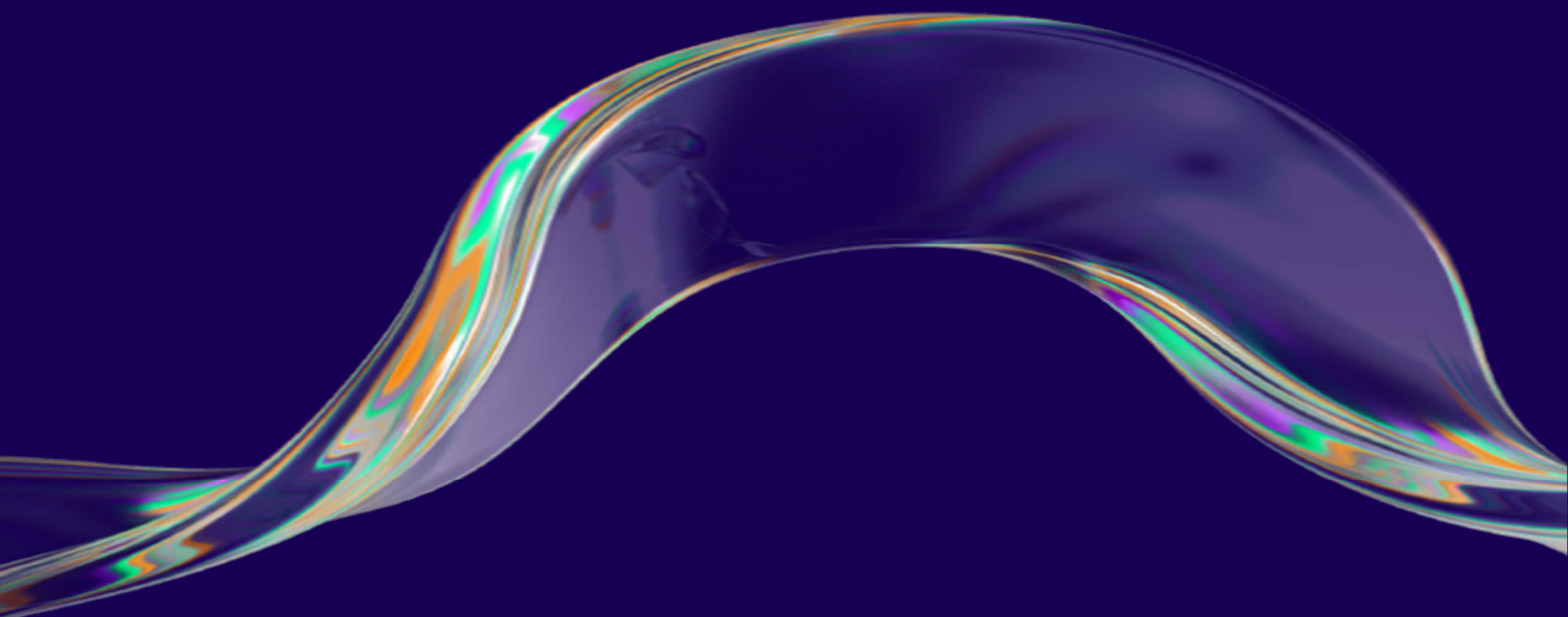


Tucano Holding II S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1.	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	15
9	Aplicações financeiras	15
10	Fundo de liquidez – conta reserva	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	16
12	Contas a receber de clientes	16
13	Recebíveis e obrigações de alienação de participação societária	17
14	Investimentos.....	18
15	Imobilizado	19
16	Arrendamentos	22
17	Financiamentos e Debêntures.....	23
18	Fornecedores.....	26
19	Provisões para litígios.....	26
20	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos.....	26
21	Partes relacionadas	27
22	Imposto de renda e contribuição social	29
23	Patrimônio líquido.....	30
24	Instrumentos financeiros e gestão de risco	31



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Tucano Holding II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tucano Holding II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

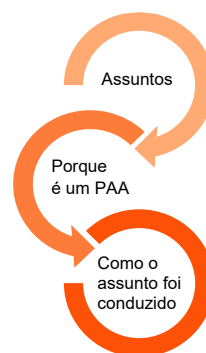
Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as notas explicativas 5 e 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as controladas da Companhia mantém saldos e operações

comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita (Nota 5) <p>Conforme descrito na nota explicativa 5, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.</p> <p>O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita;Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento;Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preço contratados;Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício;Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.



Tucano Holding II S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Tucano Holding II S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Tucano Holding II S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	151.157	116.401	-	-
Custo com energia elétrica	6	(25.605)	(13.723)	-	-
Custo com operação	6	(41.880)	(48.371)	-	-
Lucro bruto		83.672	54.307	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(1.151)	(274)	(89)	(168)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(627)	(77)	-	(13)
		(1.778)	(351)	(89)	(181)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		81.894	53.956	(89)	(181)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	14 (a)	-	-	49.133	22.888
		-	-	49.133	22.888
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		69.956	15.742	62.597	3.306
Despesas financeiras		(79.092)	(77.025)	(46.146)	(43.150)
		(9.136)	(61.283)	16.451	(39.844)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		72.758	(7.327)	65.495	(17.137)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	(7.263)	(10.772)	-	-
Diferidos	22	(17.487)	960	(17.487)	(2)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		48.008	(17.139)	48.008	(17.139)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding II S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.008	(17.139)	48.008	(17.139)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	48.008	(17.139)	48.008	(17.139)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding II S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		72.758	(7.327)	65.495	(17.137)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	14(b)	-	-	(49.133)	(22.888)
Juros e variações monetárias		64.558	68.645	39.507	42.135
Depreciação e amortização	6	36.829	33.472	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	559	-	-	-
Atualização monetária sobre litígios		-	6	-	6
Apropriação de custos de captações	7	1.902	1.260	598	1.008
Rendimentos sobre fundo de reserva		(2.004)	(1.043)	(498)	(6)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	896	193	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	1.765	1.783	-	-
		<u>177.263</u>	<u>96.989</u>	<u>55.969</u>	<u>3.118</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(19.764)	430	-	-
Tributos a recuperar		(1.307)	5.212	(1.278)	4.011
Recebíveis de alienação de participação societária		(71.483)	-	(71.483)	-
Partes relacionadas		-	5.301	-	-
Demais créditos e outros ativos		1.019	21.381	(70)	(1)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(8.447)	16.409	3	(39)
Tributos a recolher		(2.396)	(3.042)	17	(22)
Obrigações de alienação de participação societária		39.768	-	39.768	-
Demais obrigações e outros passivos		125	(27.077)	7	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		114.778	115.603	22.933	7.067
Juros pagos sobre financiamentos	17(c)	(50.521)	(38.982)	(23.914)	(12.460)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(1.765)	(1.485)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(4.202)	(6.530)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		58.290	68.606	(981)	(5.393)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(5.241)	-	(891)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		723	-	498	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		54	114	64	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(233.727)	-
Redução de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	236.427	-
Recebimento de dividendos	1.1.1(c)	-	-	55.309	50.165
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.809)	(48.815)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(6.273)	(48.701)	57.680	50.165
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adição de custos com captação	17(c)	-	(3.991)	-	13
Liquidação de financiamentos	17(c)	(31.915)	(42.642)	(14.235)	(23.856)
Liquidação de arrendamentos		(211)	(411)	-	-
Redução de capital	1.1.1(b)	(45.000)	-	(45.000)	-
Pagamento de dividendos		-	(35.822)	-	(35.822)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(77.126)	(82.866)	(59.235)	(59.665)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(25.109)	(62.961)	(2.536)	(14.893)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		97.608	160.569	26.528	41.421
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		72.499	97.608	23.992	26.528

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding II S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	72.499	97.608	23.992	26.528
Aplicações financeiras	9	5.797	-	891	-
Contas a receber de clientes	12	23.300	11.915	-	-
Tributos a recuperar		5.226	2.631	2.649	96
Recebíveis de alienação de participação societária	13 (a)	48.633	-	48.633	-
Dividendos a receber	21	-	-	6.766	1.239
Cauções e depósitos judiciais		13	67	3	67
Outros ativos		9.600	2.226	70	-
		<u>165.068</u>	<u>114.447</u>	<u>83.004</u>	<u>27.930</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	11.524	10.243	-	-
Tributos a recuperar		-	1.288	-	1.275
Recebíveis de alienação de participação societária	13 (a)	22.850	-	22.850	-
Outros ativos		98	112	-	-
		<u>34.472</u>	<u>11.643</u>	<u>22.850</u>	<u>1.275</u>
Investimentos	14	-	-	505.818	520.221
Imobilizado	15	773.091	800.756	-	-
Intangível		29.965	31.628	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	16 (a)	12.377	12.891	-	-
		<u>815.433</u>	<u>845.275</u>	<u>505.818</u>	<u>520.221</u>
Total do ativo		<u>1.014.973</u>	<u>971.365</u>	<u>611.672</u>	<u>549.426</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	47.244	43.654	28.286	24.642
Fornecedores	18	11.568	19.239	3	-
Arrendamentos	16 (b)	231	211	-	-
Tributos a recolher		2.611	1.946	25	9
Dividendos a pagar	21	912	-	912	-
Outros passivos		820	925	-	-
		<u>63.386</u>	<u>65.975</u>	<u>29.226</u>	<u>24.651</u>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	690.565	709.575	356.026	357.714
Arrendamentos	16 (b)	18.843	19.074	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	17.491	4	17.491	3
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	20	15.537	9.679	-	-
Obrigações de alienação de participação societária	13 (a)	39.768	-	39.768	-
Provisões para litígios	19	296	67	74	67
		<u>782.500</u>	<u>738.399</u>	<u>413.359</u>	<u>357.784</u>
Total do passivo		<u>845.635</u>	<u>804.374</u>	<u>442.334</u>	<u>382.435</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	23	121.991	180.233	121.991	180.233
Reservas de lucros		47.096	-	47.096	-
Prejuízos acumulados		-	(13.242)	-	(13.242)
Total do patrimônio líquido		<u>169.087</u>	<u>166.991</u>	<u>169.087</u>	<u>166.991</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.014.973</u>	<u>971.365</u>	<u>611.672</u>	<u>549.426</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding II S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
				Reserva de investimentos	Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		703.781	(523.548)	35.106	3.897	-	-	219.236
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(17.139)	(17.139)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(17.139)	(17.139)
Destinação do resultado do exercício								
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(3.897)	-	3.897	-
Dividendos adicionais	23	-	-	(35.106)	-	-	-	(35.106)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(35.106)	(3.897)	-	3.897	(35.106)
Em 31 de dezembro de 2024		703.781	(523.548)	-	-	-	(13.242)	166.991
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.008	48.008
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	48.008	48.008
Demais mutações patrimoniais do exercício								
Redução de capital	1.1.1(b)	(45.000)	-	-	-	-	-	(45.000)
Redução de capital com absorção integral do saldo de prejuízos acumulados	1.1.1(b)	(13.242)	-	-	-	-	13.242	-
Cancelamento de ações	1.1.1(b)	(523.548)	523.548	-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reserva legal	23(b)e(c)	-	-	-	2.400	-	(2.400)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	-	-	(912)	(912)
Retenção de lucros	23(a)	-	-	-	-	44.696	(44.696)	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(581.790)	523.548	-	2.400	44.696	(34.766)	(45.912)
Em 31 de dezembro de 2025		121.991	-	-	2.400	44.696	-	169.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

A Tucano Holding II S.A., ("Companhia" ou "Controladora"), com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 13, Parte A, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 09 de agosto de 2019. A Companhia tem por objeto social a participação, direta e indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia é diretamente controlada pela Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I"), e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado da Bahia, as quais compõem o complexo eólico Tucano II, com capacidade instalada total de 70MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Tucano F1	REA 8825/2020	43,4	29/05/2020	28/05/2055
Tucano F2	REA 8817/2020	24,8	29/05/2020	28/05/2055
Tucano F2	REA 8828/2020	12,4	29/05/2020	28/05/2055
Tucano F3	REA 8818/2020	43,4	29/05/2020	28/05/2055
Tucano F4	REA 8819/2020	43,4	29/05/2020	28/05/2055

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

Controladas	Aumento (redução)
Arinos Solar II S.A	233.727
Tucano F1 Geração de Energias S.A.	(61.652)
Tucano F2 Geração de Energias S.A.	(52.875)
Tucano F3 Geração de Energias S.A.	(61.308)
Tucano F4 Geração de Energias S.A.	(60.592)
	(2.700)

(b) Redução de capital

Em 30 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o cancelamento das 523.547.90 ações não integralizadas, em virtude da expiração em 02 de março de 2023, passando o capital social de R\$ 703.781 (dividido em 703.781.048 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) para R\$ 180.233 (dividido em 180.233.068 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 30 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, após a absorção de prejuízos acumulados até dezembro de 2024, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 45.000, passando o capital social

Tucano Holding II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$ 180.233 (dividido em 180.233.068 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) para R\$ 121.991 (dividido em 129.671.270 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

(c) Movimentação de dividendos de investidas

Controladas	Provisionados em 2024	Recebidos	Intermediários	Intercalares	Obrigatórios	Provisionados em 2025
Arinos Solar II S.A	-	-	-	-	6.759	6.759
Tucano F1 Geração de Energias S.A.	273	(11.270)	-	10.999	-	2
Tucano F2 Geração de Energias S.A.	270	(11.535)	3.500	7.765	1	1
Tucano F3 Geração de Energias S.A.	382	(18.955)	6.807	11.767	1	2
Tucano F4 Geração de Energias S.A.	314	(13.549)	4.000	9.236	1	2
	<u>1.239</u>	<u>(55.309)</u>	<u>14.307</u>	<u>39.767</u>	<u>6.762</u>	<u>6.766</u>

(d) Operações de alienação parcial de investimentos – BRF S.A.

Em 19 de dezembro de 2025 a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a BRF S.A. (“BRF”), de forma que a BRF se tornou, nesta data, detentora de 11.452.956.887 ações ordinárias Classe B, nominativas e sem valor nominal, representativas de 49% do capital social total e 98% do capital social votante (“Operação”), da Companhia Arinos Solar II.

O preço total de aquisição das ações ONB é de R\$ 95.256, a serem pagos em 4 parcelas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, desde a data de 01 de abril de 2025 até a data de pagamento de cada parcela. A primeira parcela ocorreu na data de fechamento da transação, e as demais ocorrerão de forma semestral, conforme definido no Termo de Fechamento.

Apesar das movimentações societárias realizadas, a Companhia permanece detendo 100% de participação econômica na Arinos Solar II, conforme descrito na Nota Explicativa 14.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As

áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Arinos Solar II S.A.	100%	0%	Arinos - Minas Gerais	Desenvolvimento de projetos solares e geração de energia elétrica
Tucano F1 Geração de Energias S.A.	50%	100%	Tucano - Bahia	Geração e comércio atacadista de energia elétrica
Tucano F2 Geração de Energias S.A.	50%	100%	Tucano - Bahia	Geração e comércio atacadista de energia elétrica
Tucano F3 Geração de Energias S.A.	50%	100%	Tucano - Bahia	Geração e comércio atacadista de energia elétrica
Tucano F4 Geração de Energias S.A.	50%	100%	Tucano - Bahia	Geração e comércio atacadista de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Recebíveis e obrigações de alienação de participação societária
15	Imobilizado
20	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	Consolidado 2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	21	123.915	112.568
Contratos <i>Wholesale</i>		16.489	2.648
Energia de curto prazo – CCEE		17.431	263
		157.835	115.479
Outras receitas			
Outras receitas		-	6.525
		-	6.525
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(5.761)	(4.368)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(917)	(1.235)
		(6.678)	(5.603)
Receita líquida		151.157	116.401

6 Custos e despesas

	Consolidado				
	2025				2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total
Energia comprada	(15.311)	-	-	-	(15.311)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.294)	-	-	-	(10.294)
Depreciação e amortização	-	(36.687)	(142)	-	(36.829)
Pessoal	-	(120)	-	-	(120)
Pessoal	-	(120)	-	-	(120)
Materiais	-	(58)	(51)	-	(109)
Materiais	-	(58)	(51)	-	(109)
Serviços	-	(4.610)	(848)	-	(5.458)
Serviços de operação e manutenção	-	(3.089)	-	-	(3.089)
Serviços de terceiros	-	(1.521)	(848)	-	(2.369)
Outros	-	(405)	(110)	-	(515)
Aluguéis e arrendamentos	-	1.000	-	-	1.000
Seguros	-	(1.137)	-	-	(1.137)
Impostos, taxas e contribuições	-	(158)	(77)	-	(235)
Outros custos e despesas líquidas	-	(110)	(33)	-	(143)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(627)	(627)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(559)	(559)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(68)	(68)
	(25.605)	(41.880)	(1.151)	(627)	(69.263)
					(62.445)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		12.571	14.510	5.439	3.112
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		57.245	-	57.245	-
Juros sobre ativos financeiros		61	-	61	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(261)	(161)	(261)	(161)
Atualização monetária sobre cauções e depósitos vinculados		-	1.043	-	6
Outras receitas financeiras		340	350	113	349
		69.956	15.742	62.597	3.306
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	16(c)	(48.736)	(50.168)	(23.130)	(23.658)
Atualização monetária sobre financiamentos	16(c)	(16.378)	(18.477)	(16.377)	(18.477)
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		(5.812)	-	(5.812)	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(10)	-	(7)	-
Atualização monetária sobre acordos judiciais		-	(6)	-	(6)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(1.783)	-	-
Apropriação dos custos de captações	16(c)	(1.902)	(1.260)	(598)	(1.008)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	19	(896)	(193)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(1.765)	-	-	-
Outras despesas financeiras		(3.593)	(5.138)	(222)	(1)
		(79.092)	(77.025)	(46.146)	(43.150)
		(9.136)	(61.283)	16.451	(39.844)

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,06% do CDI (98,99% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	770	2.601	137	78
	<u>770</u>	<u>2.601</u>	<u>137</u>	<u>78</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	46.346	39.501	23.821	2.542
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	25.383	55.506	34	23.908
	<u>71.729</u>	<u>95.007</u>	<u>23.855</u>	<u>26.450</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>72.499</u>	<u>97.608</u>	<u>23.992</u>	<u>26.528</u>

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração entre 99,10% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	5.797	-	891	-
	<u>5.797</u>	<u>-</u>	<u>891</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 98,77% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva				
Não circulante	11.524	10.243	-	-
	11.524	10.243	-	-

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	89.793	107.851	24.856	26.528
Sem rating	27	-	27	-
	89.820	107.851	24.883	26.528

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Contratos <i>Wholesale</i>	16.489	-
Partes relacionadas (Nota 21)	2.240	11.915
Energia de curto prazo - CCEE	4.571	-
	23.300	11.915

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	23.300	11.915
	23.300	11.915

13 Recebíveis e obrigações de alienação de participação societária

Os saldos de recebíveis e de obrigações de alienação de participação societária estão reconhecidos líquidos do ajuste a valor presente ("AVP"), com efeito no resultado financeiro.

O recebível corresponde ao montante remanescente da alienação da participação societária das ações ONB da investida Arinos Solar II para a BRF, cuja liquidação ocorre conforme cronograma contratual. Apesar das movimentações societárias realizadas, a Companhia permanece detendo 100% de participação econômica na Arinos Solar II, conforme descrito na Nota Explicativa 1.1.1 (d).

A obrigação, por sua vez, refere-se à opção de recompra decorrente da cláusula de opção de compra prevista no acordo de acionistas, cujo exercício está estabelecido para o término do contrato de compra e venda de energia vigente.

(a) Composição

	Consolidado		
	2025		2024
	Ativo	Passivo	Total
Circulante			
Recebíveis de alienação de participação societária	48.633	-	48.633
	48.633	-	48.633
Não circulante			
Recebíveis (obrigações) de alienação de participação societária	22.850	(39.768)	(16.918)
	22.850	(39.768)	(16.918)
	71.483	(39.768)	31.715

(b) Movimentação

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo no início do exercício	-	-
Novos contratos	95.256	(95.256)
Constituição de ajuste a valor presente	(5.812)	57.245
Recebimento	(19.718)	-
Atualização monetária	1.757	(1.757)
Saldo no final do exercício	71.483	(39.768)

14 Investimentos**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Custo								
Arinos Solar II S.A.(i)	234.720	7.742	100	100	7.742	-	234.720	-
Tucano F1 Geração de Energias S.A. (ii)	126.280	9.137	50	50	7.648	4.502	63.140	127.167
Tucano F2 Geração de Energias S.A. (ii)	109.870	13.735	50	50	11.673	5.703	54.935	107.547
Tucano F3 Geração de Energias S.A. (ii)	122.309	14.806	50	50	12.259	7.256	61.155	129.085
Tucano F4 Geração de Energias S.A. (ii)	124.477	12.419	50	50	10.773	6.432	62.239	125.831
					50.095	23.893	476.189	489.630
Investimento - Mais valia (iii)								
Tucano F1 Geração de Energias S.A.					(256)	(256)	7.537	7.793
Tucano F2 Geração de Energias S.A.					(226)	(226)	6.657	6.883
Tucano F3 Geração de Energias S.A.					(261)	(261)	7.666	7.927
Tucano F4 Geração de Energias S.A.					(219)	(262)	7.769	7.988
					(962)	(1005)	29.629	30.591
					49.133	22.888	505.818	520.221

- (ii) Em 26 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Arinos Solar II, sociedade sem operações e sem ativos ou passivos relevantes, anteriormente pertencente a empresa do mesmo grupo econômico. O montante total pago pela aquisição foi de R\$ 9, cujo desembolso ocorreu em 21 de outubro de 2025. O resultado de equivalência patrimonial reconhecido refere-se exclusivamente ao período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2025. A aquisição teve como único objetivo viabilizar a estrutura societária do projeto de autoprodução de energia a ser desenvolvido conjuntamente com a BRF. Apesar das movimentações societárias realizadas, a Companhia permanece detendo 100% de participação na Arinos Solar II.
- (iii) Até outubro de 2025, a Companhia detinha 100% de participação nos resultados das investidas. Em novembro de 2025, foi concluída uma reestruturação societária por meio da qual a Companhia transferiu 50% de sua participação nas investidas para a Arinos Solar II. Como consequência, a participação direta da Companhia na investida passou a ser de 50% e os 50% restantes passaram a ser detidos pela Arinos Solar II S.A.
- (iv) O saldo da mais valia é reclassificado para a rubrica de intangível no consolidado. O saldo do intangível no consolidado é de R\$ 29.965 sendo composto por: (i) R\$ 29.629 referente a mais valia; (ii) R\$ 296 referente ao custo de servidão, e (iii) R\$ 40 referente a softwares.

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	520.221	546.844
Equivalência patrimonial	49.133	22.888
Dividendos deliberados	(60.836)	(49.511)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (b))	233.727	
Reduções de capital (Nota 1.1.1 (b))	(236.427)	-
Saldo no final do exercício	505.818	520.221

15 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

								Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício									
Custo	799.063	42.526	8.863	79	780	3.220	854.531	805.520	
Depreciação acumulada	(50.087)	(3.135)	(341)	(21)	(191)	-	(53.775)	(22.037)	
Saldo líquido no início do exercício	<u>748.976</u>	<u>39.391</u>	<u>8.522</u>	<u>58</u>	<u>589</u>	<u>3.220</u>	<u>800.756</u>	<u>783.483</u>	
Adições (i)	-	-	-	-	-	2.553	2.553	46.063	
Depreciação	(33.322)	(1.433)	(307)	(6)	(111)	-	(35.179)	(31.738)	
Remensurações (Nota 19 (a))	-	-	4.961	-	-	-	4.961	136	
Transferências	1.645	50	-	8	-	(1.703)	-	2.812	
Saldo no final do exercício	<u>717.299</u>	<u>38.008</u>	<u>13.176</u>	<u>60</u>	<u>478</u>	<u>4.070</u>	<u>773.091</u>	<u>800.756</u>	
Custo	800.708	42.576	13.824	87	780	4.070	862.045	854.531	
Depreciação acumulada	(83.409)	(4.568)	(648)	(27)	(302)	-	(88.954)	(53.775)	
Saldo líquido no final do exercício	<u>717.299</u>	<u>38.008</u>	<u>13.176</u>	<u>60</u>	<u>478</u>	<u>4.070</u>	<u>773.091</u>	<u>800.756</u>	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00	14,00				

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.

16 Arrendamentos

Política contábil

A Companhia e suas controladas mantêm controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado.

Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizam o registro, na competência que passam a poder exercer o direito de usar o ativo arrendado, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa de juros implícita no contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo com energia elétrica, despesas gerais e administrativas e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
	Terrenos - Direito de uso	Terrenos - Direito de uso
Saldo no início do exercício	12.891	13.484
Remensuração	-	(78)
Amortização	(514)	(515)
Saldo líquido no final do exercício	12.377	12.891

b) Arrendamentos - passivos

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	19.285	19.438
Liquidações	(211)	(117)
Remensuração de contrato	-	(36)
Atualização monetária (Nota 7)	1.765	1.783
Juros pagos	(1.765)	(1.783)
Saldo no final do exercício	19.074	19.285
Circulante	231	156
Não circulante	18.843	19.129
	19.074	19.285

17 Financiamentos e Debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

											Consolidado					
											2025					
											Circulante		Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo					
Debêntures	IPCA+6,06%	18.182	(748)	10.852	28.286	367.056	(11.030)	-	356.026	384.312	354.282					
BNB	IPCA+2,66%	16.958	(271)	2.271	18.958	311.625	(5.045)	27.959	334.539	353.497	354.282					
		35.140	(1.019)	13.123	47.244	678.681	(16.075)	27.959	690.565	737.809	708.564					

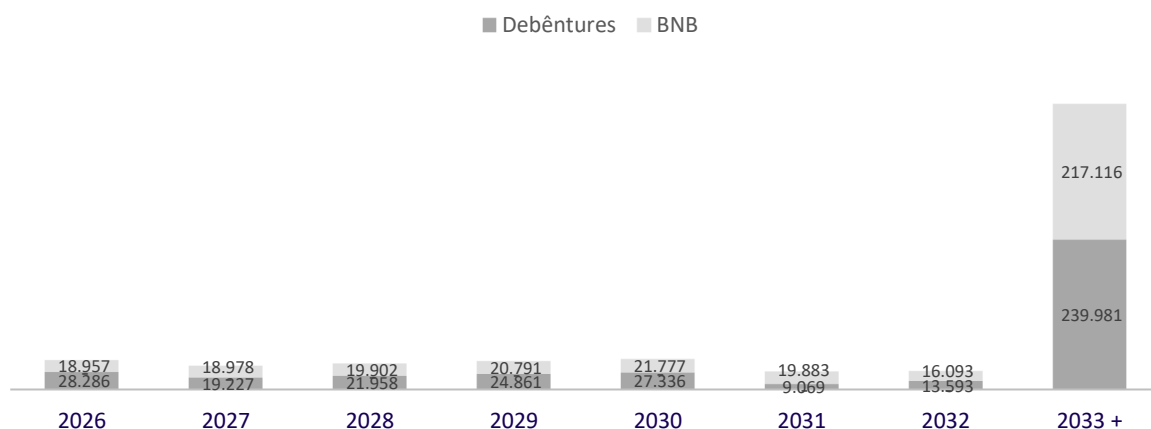
											Consolidado					
											2024					
											Circulante		Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo					
Debêntures	IPCA+6,06%	14.886	(969)	10.725	24.642	369.120	(11.406)	-	357.714	382.356	345.483					
BNB	IPCA+2,66%	16.797	(419)	2.634	19.012	328.581	(6.201)	29.481	351.861	370.873	-					
		31.683	(1.388)	13.359	43.654	697.701	(17.607)	29.481	709.575	753.229	345.483					

											Controladora					
											2025					
											Circulante		Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo					
Debêntures	IPCA+6,06%	18.182	(748)	10.852	28.286	367.056	(11.030)	-	356.026	384.312	354.282					
		18.182	(748)	10.852	28.286	367.056	(11.030)		356.026	384.312	354.282					

										Controladora
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA+6,06%	14.886	(969)	10.725	24.642	369.120	(11.406)	357.714	382.356	345.483
		14.886	(969)	10.725	24.642	369.120	(11.406)	357.714	382.356	345.483

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	753.229	768.939	382.356	375.516
Provisões de juros (Nota 7)	48.736	50.168	23.130	23.658
Atualização monetária	16.378	18.477	16.377	18.477
Adição dos custos de captações	-	(3.991)	-	13
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	1.902	1.260	598	1.008
Juros pagos	(50.521)	(38.982)	(23.914)	(12.460)
Liquidações	(31.915)	(42.642)	(14.235)	(23.856)
Saldo no final do exercício	737.809	753.229	384.312	382.356

(d) Garantias

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
Debêntures	- Tucano Holding II - Tucano F1 (BNB);	Fidejussória Auren Participações
BNB	- Tucano F2 (BNB); - Tucano F3 (BNB); - Tucano F4 (BNB);	Fiança Bancária; Conta Reserva.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

18 Fornecedores

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços		10.080	17.020
Energia comprada para revenda		1.480	1.362
Encargos de uso da rede elétrica		-	857
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	21	8	-
		11.568	19.239

19 Provisões para litígios**Política contábil**

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 75 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cíveis com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 1.466 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

20 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos**Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2025	2024
Saldo no início do exercício	16.929	12.758	(20.007)	9.680	9.350
Remensuração (Nota 15 (a)) (i)	39.941	-	(34.980)	4.961	136
Atualizações Monetária	161	529	-	690	193
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	206	206	-
Saldo no final do exercício	57.031	13.287	(54.781)	15.537	9.679
Não circulante	57.031	13.287	(54.781)	15.537	9.679
	57.031	13.287	(54.781)	15.537	9.679

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

21 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))								
Auren Operações S.A.	2.240	11.915	-	-	123.915	112.568	-	-
	2.240	11.915	-	-	123.915	112.568	-	-
Fornecedores - compras								
Auren Participações S.A.	-	-	8	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	-	-	-	10.666	-
	-	-	8	-	-	-	10.666	-
Dividendos a pagar								
Tucano Holding I S.A.	-	-	912	-	-	-	-	-
	-	-	912	-	-	-	-	-
Centralização de estoque								
Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	-	-	448	448	-	-	-	-
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	-	-	90	90	-	-	-	-
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	-	-	99	99	-	-	-	-
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	-	-	90	90	-	-	-	-
	-	-	727	727	-	-	-	-
	2.240	11.915	1.647	727	123.915	112.568	10.666	-

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos a receber				
Arinos Solar II S.A.	6.759	-	-	-
Tucano F1 Geração de Energias S.A.	2	273	-	-
Tucano F2 Geração de Energias S.A.	1	270	-	-
Tucano F3 Geração de Energias S.A.	2	382	-	-
Tucano F4 Geração de Energias S.A.	2	314	-	-
	6.766	1.239	-	-
Dividendos a pagar				
Tucano Holding I S.A.	-	-	912	-
	-	-	912	-
	6.766	1.239	912	-

22 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	72.758	(7.327)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(24.738)	2.491
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(11.924)	(13.733)
Adições/Exclusões sem constituição de diferidos	-	8
Outras adições permanentes, líquidas	-	115
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	11.912	1.307
IRPJ e CSLL apurados	(24.750)	(9.812)
Correntes	(7.263)	(10.772)
Diferidos	(17.487)	960
IRPJ e CSLL no resultado	(24.750)	(9.812)

	2025	Controladora 2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	65.495	(17.137)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(22.268)	5.827
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	16.705	7.782
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(11.924)	(13.733)
Adições/Exclusões sem constituição de diferidos	-	8
Outras adições permanentes, líquidas	-	114
IRPJ e CSLL apurados	(17.487)	(2)
Correntes	-	-
Diferidos	(17.487)	(2)
IRPJ e CSLL no resultado	(17.487)	(2)

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 121.991 (R\$180.233 em 31 de dezembro de 2024), representado em 129.671.270 (180.233.068 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Tucano Holding I S.A.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei n° 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	48.008	(17.139)
Absorção de prejuízos acumulados	-	3.897
	48.008	(13.242)
Reserva legal - 5%	(2.400)	-
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	45.608	(13.242)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 2% conforme estatuto	(912)	-
(=) Saldo de lucros acumulados	44.696	(13.242)
(-) Retenção de lucros	(44.696)	-
	-	(13.242)

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

24 Instrumentos financeiros e gestão de risco**24.1 Instrumentos financeiros por categoria****(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

		Consolidado		Controladora	
	Nível	2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
		31.679	11.915	-	-
		71.483	71.483	-	-
		103.162	83.398		
Ao valor justo por meio do resultado					
	2	71.729	95.007	23.855	26.450
	1	5.797	-	891	-
	1	11.524	10.243	-	-
		89.050	105.250	24.746	26.450
		192.212	188.648	24.746	26.450
Passivos					
Ao custo amortizado					
		737.809	753.229	384.312	382.356
		11.568	19.239	3	-
		19.074	19.285	-	-
		661	-	-	-
		39.768	39.768	-	-
		808.880	831.521	384.315	382.356

- (i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.
- (ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 17 (a)

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Tucano Holding II S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	77.340	167.526	171.805	807.405	1.224.076
Fornecedores	11.568	-	-	-	11.568
Arrendamentos (i)	231	18.843	-	-	19.074
	89.139	186.369	171.805	807.405	1.254.718
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	92.441	193.438	333.653	1.351.685	1.971.217
Fornecedores	19.239	-	-	-	19.239
Arrendamentos (i)	221	242	1.213	18.384	20.060
	111.901	193.680	334.866	1.370.069	2.010.516
Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	40.427	86.476	95.432	448.100	670.435
Fornecedores	3	-	-	-	3
	40.430	86.476	95.432	448.100	670.438
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	38.351	89.433	176.141	904.930	1.208.855
	38.351	89.433	176.141	904.930	1.208.855

(v) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

24.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	89.050	-72,92 bps*	(649)	(3.316)	(6.634)	3.316	6.634
IPCA 4,26%	Financiamentos (i)	754.903	6 bps*	(464)	8.039	16.080	(8.039)	(16.080)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	24.746	-72,92 bps*	(180)	(922)	(1.844)	922	1.844
IPCA 4,26%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	396.090	6 bps*	(243)	4.218	8.437	(4.218)	(8.437)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

* *basis point*